

Paquin, Stéphane. *Theories of international political economy*. Ontario, Canada: Oxford University Press, 2016, 240p. ISBN: 9780199018970

TATIANA OLIVEIRA¹

Resumo Professor da Escola Nacional de Administração Pública, vinculada à Universidade do Quebec, em Montréal, Stéphane Paquin lançou, em 2016, o manual de Economia Política Internacional que é objeto desta resenha. Além de uma preocupação didática relacionada à disponibilidade tanto de um amplo conteúdo quanto de um conjunto de exercícios ao final de cada capítulo, o autor mobiliza o contexto histórico e o debate público como elementos estruturantes do seu trabalho. Inicia, pois, a sua incursão sobre os temas de EPI com base numa indagação a respeito do impacto da crise financeira de 2008 no pensamento econômico. Sugere a discussão de novas agendas, como a ambiental e a de gênero. Nesse sentido, alude ao fato de que a primeira tem melhor entrada no debate econômico que a última, demonstrando certo desconhecimento do campo de economia política feminista. Da mesma forma, os debates sobre racialidade são deixados de fora, embora sejam relevantes às análises sobre o impacto econômico de processos imigratórios e das dinâmicas bio-necropolíticas cada vez mais evidentes nos territórios.

Palavras-chave: Economia Política Internacional – Globalização – Educação.

Abstract: Professor at the National School of Public Administration, linked to the University of Quebec in Montréal, Stéphane Paquin launched in 2016 the manual of International Political Economy which is the subject of this review. In addition to a didactic concern related to the availability of both a broad content and a set of exercises at the end of each chapter, the author mobilizes the historical context and the public debate as structuring elements of his work. He begins his foray into the issues of IPE based on an inquiry concerning the impact of the financial crisis of 2008 on economic thinking. Also, he suggests the discussion of new agendas such as environmental and gender. In this regard, he alludes to the fact that the former has a better entrance into the economic debate than the latter, demonstrating a certain lack of knowledge of the field of feminist political economy. Likewise, racial issues are left out, although they are most relevant to any analyses of the economic impact of immigration processes and the increasingly obvious bio-necro-political dynamics in the territories.

Keywords: International Political Economy – Globalization – Education.

Recebido em:
26 de Julho de 2018

Received on:
July 26, 2018

Aceito em:
27 de Agosto de 2018

Accepted on:
August 27, 2018

DOI:10.12957/rmi.2017.36332

¹ Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Pesquisadora Pós-doutora no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UERJ. **Endereço para correspondência:** Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão - João Lyra Filho, 9º andar, Bloco F, sala 9037, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ - Cep: 20550-013, Brasil. E-mail: tatianasoli@gmail.com

O manual de Stéphane Paquin, *Theories of international political economy*, que aguarda tradução para o português, trata das teorias de Economia Política desenvolvidas no âmbito das Relações Internacionais. Funciona como um guia de estudos bastante satisfatório para todas as pessoas que se interessem pela temática.

Sob o ponto de vista pedagógico, oferece um material de trabalho completo para uso em sala de aula, especialmente, com estudantes de graduação. Além de uma cuidadosa sistematização das principais referências sobre o assunto, os capítulos têm seções específicas nas quais é possível aprofundar algumas discussões e exercícios voltados à fixação dos principais conceitos.

Em comparação com outros manuais do mesmo tipo, apresenta a vantagem de oferecer ao leitor contemporâneo uma abordagem atual dos vários problemas pertinentes à Economia Política Internacional (doravante, EPI). Para isso, quebra a linearidade da narrativa sobre a criação (década de 1970/80) e o desenvolvimento (década 1990) da EPI, fixando a crise econômica e financeira de 2007/08 como ponto de partida e inspiração para a análise.

Paquin projeta, então, sobre o pensamento de EPI uma preocupação digna do seu tempo. Somos provocados a pensar o que este campo de estudos teria a dizer sobre as transformações que observamos hoje no mundo. O que fazer com a constatação de que os instrumentos de análise econômica não foram, em geral, capazes de antecipar a crise de 2008?

O exercício proposto pelo autor é interessante: Trata-se de uma iniciativa fecunda, instalada na brecha de um passado insuficiente face a um presente – logo, também a um futuro – em suspensão, difícil de compreender ou governar. Nesse quadro, em que os desarranjos do presente inquiram o passado sobre a sua própria história, pode-se descobrir um novo saber ou um novo objeto de investigação, algo que se dá a ver a despeito da sua invisibilidade pregressa.

Com o livro de Paquin, apresenta um desafio relativo à invenção, no sentido daquilo que é capaz de recompor as empiricidades do mundo, ou seja, reorganizar o mundo e recompor os seus problemas.

Exemplo deste esforço, é a opção por uma nova tipologia que inclui categorias como “ortodoxia” e “heterodoxia” para

uma história do pensamento econômico internacional. Tal abordagem aproxima os debates externos das disputas sobre política econômica doméstica num momento em que as fronteiras para a circulação do capital tornaram-se incrivelmente mais flexível.

No entanto, o autor argumenta, a renovação da EPI vem sendo obstaculizada por uma lógica autopoietica perversa, que, ao trazer para o fazer teórico a autorreferencialidade do mercado, confunde as coisas e estabelece uma disputa interparadigmática distante da dinâmica econômica real.

Assim, uma razão para o curto alcance das previsões oferecidas pela EPI, seria a dicotomia entre os métodos científico, do qual a prática do modelo econométrico é exemplo, e histórico. Rejeitando essa divisão, Paquin afirma que a produção de novas sínteses não deve partir da exclusividade entre ambas metodologias, mas de uma concepção complementar entre elas. E sugere enfatizar temas no lugar de paradigmas.

A leitura deste trabalho suscita, contudo, questões relativas ao seu próprio limite. O livro pode ser dividido em três partes: discussões de ordem teórico-epistemológica, teorias de economia política em RI e novas perspectivas.

Primeiro, Paquin explora a origem histórica e possíveis definições para a EPI. Para o autor, embora haja pequenas variações nas definições da EPI, todas elas se encontram sob uma preocupação comum com o poder, aludindo, portanto, à relação entre economia e política. Poder, autoridade, hegemonia, sociedade, ética e valores são assuntos de EPI.

No entanto, a fim de pensar as relações econômicas contemporâneas, torna-se cada vez mais importante abrir a imaginação para outras composições possíveis entre ideias arraigadas nas RI. Pois a crise econômica e financeira, precedente em poucos anos à segunda década do século XXI, introduziu um corte na maneira de pensar, falar e agir sobre o mundo econômico. São sinais disto:

O neoliberalismo entrou em nova fase. Poder e Estado são conceitos que vêm sendo deslocados a partir da recomposição de categorias econômicas essenciais como o valor, o trabalho e o capital. Isso não implica que o Estado tenha se tornado obsoleto. O ponto é, antes, sobre a necessidade de se rearticular o interesse em torno dessa entidade. Tudo mudou.

Na citação de Ellen Wood (2005), o “estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital (...) na sua forma

global”. É preciso entender o que isso significa sob a tensão de uma economia financeirizada e de serviços.

Dardot e Laval (2011), por exemplo, sugerem que o neoliberalismo atual conjugado à financeirização retoma dilemas pertinentes ao chamado ordoliberalismo, cujos debates ocorriam entre os anos 1920 e 1930. Nessa linha, Wendy Brown (2015) mostra que não há fim do Estado, mas alteração das suas funções, capacidades e do tipo de relações que estabelece com entes não-estatais.

Este é, portanto, o momento propício para que as Relações Internacionais encarem o “poder” como um conceito que merece ter a sua história contada, tornando-o um problema em si, e não apenas um meio para a consecução de interesses. A incorporação de análises sobre a economia verde emergente e das questões de gênero na econômica indica certa sensibilidade do autor para com o mundo. Isto, contudo, é insuficiente.

Pois o desafio é saltar do paradigma, como aponta inicialmente o autor a fim de buscar um olhar mais complexo sobre a economia, plural, múltiplo. Além

disso, o livro silencia flagrantemente sobre a questão racial. O conceito que parece convocar esses eventos (meio ambiente, gênero e raça) é o de uma Antieconomia Política Internacional.

Tal conceito retoma, a partir da ótica da necropolítica, uma discussão sobre relações econômicas que se assentam seja na interseção entre informalidade e ilegalidade, seja na morte como dispositivos que impulsionam os processos de acumulação capitalista.

Portanto, refundar a EPI, adaptando-a ao tempo presente, demanda um deslocamento muito maior do que parece, um giro completo na percepção sobre os processos econômicos globais que, embora abstratos, convocam o local e, mais ainda, os corpos a dizer algo sobre os seus efeitos. Financeirização, austeridade e precariedade são fenômenos que as minorias ajudam a explicar e entendem. O cânon da EPI pode beneficiar-se disto.